

Previdência: Como Será o Nosso Futuro?

Escrevi este título pensando no Brasil, mas imediatamente me dei conta de que ele vale para todos nós cidadãos brasileiros, individualmente. Os que trouxeram o nosso país até aqui, os que trabalham hoje, e os que virão amanhã. A previdência, como o próprio nome sugere, não é uma política de governo, é uma política de Estado que supera vários governos e várias gerações. Quando Getúlio Vargas pensou a previdência pública ele, possivelmente, não imaginava a crise que o governo, hoje, precisa enfrentar. Da mesma forma que os especialistas em seguro, quando imaginaram a segurança privada, não imaginavam que crises econômicas pudessem destruir as seguradoras, arrastando com elas milhares de famílias.

A questão da previdência é complexa e não é possível fechar os olhos para a insegurança daqueles que já estão aposentados, dos que estão em meio do caminho, ou dos jovens que sabem que a velhice um dia chegará, e que é preciso estar preparado para enfrentá-la. No Brasil de hoje, três gerações estão aflitas com a questão da segurança futura.

Entre as muitas questões envolvidas estão: estrutura demográfica de idades, taxas de natalidade e de fertilidade, número de crianças e número de pessoas com mais de 65 anos na família, taxas de mortalidade infantil, esperança de vida, percentual de mulheres, e diferentes mudanças econômicas e sociais ocorridas nos últimos 50 anos ou que virão a ocorrer em mesmo período. Todos estes fenômenos estão relacionados entre si e com outras questões genéricas como níveis de renda, etnias e escolaridade. O fenômeno é de difícil antecipação e qualquer atitude temerária pode trazer graves conseqüências.

O problema não é apenas brasileiro. A população com mais de 60 anos, no mundo, era 485 milhões em 1990, subiu para 610 milhões em 2000, chegará a 755 milhões em 2010 e a 1,2 bilhão em 2025. O número de pessoas com mais de 80 anos crescerá ainda mais rapidamente, especialmente o grupo de mulheres. Em todo o mundo, os mais velhos estarão vivendo em áreas urbanas, entre as quais a cidade do Rio de Janeiro que já hoje abriga um dos maiores contingentes de aposentados do país.

Algumas medidas intempestivas podem ser desastrosas. Por exemplo, aumentar a idade ou reduzir o valor da aposentadoria pode ter efeitos contrários em países onde a pobreza é grande e o desemprego é alto. Se os mais velhos continuam trabalhando é de se esperar que se reduza a oferta de empregos para os mais jovens. Da mesma maneira, se o valor da aposentadoria é diminuído, o aposentado tende a buscar um novo trabalho e, em geral, por um salário muito mais baixo do que o normalmente pago. Isto, em grande escala, além de também consumir a oferta de trabalho, avilta o valor dos salários.

Mais do que isso, a questão da previdência requer, ainda, medidas que impeçam eventuais efeitos na redução do ritmo econômico. Uma das ações que têm sido testadas em várias partes do mundo é vincular o sistema de segurança social com um sistema adequado de habitação. Na prática, é isto que os mais pobres fazem. Como as famílias tendem a se separar quando os filhos casam, é comum que um sistema informal de proteção seja o de construir casas para os filhos. E no caso da pobreza urbana, como no Rio, isto resulta em um aumento incontrolável das favelas.

Ou seja, o problema é amplo e não admite tratamentos simplistas, relaciona-se com dramáticas questões de Estado e com problemas cotidianos de família. Como dizia no início, pensava que ia falar do futuro do Brasil e acabamos falando do futuro dos brasileiros. Mas, afinal, o futuro do Brasil é o futuro dos brasileiros e nós teremos que tratar da questão da previdência.

Em todo o mundo já existe um consenso de que a Previdência

financiada por folha de salário não é auto-suficiente. A seguridade social deve ser financiada por toda a sociedade e por uma multiplicidade de contribuições sociais. Para tanto a Previdência deve ser considerada dentro do sistema de seguridade social, concebido pela Constituição de 1988, que reúne as contas da Saúde, da Assistência Social e Previdência. Analisada como um todo, a seguridade no Brasil é estável, ao contrário da situação de déficit encontrada quando se considera a Previdência isoladamente. Ao confrontar os recursos dos ministérios da seguridade em um sentido amplo - ou seja, Trabalho, Saúde, Previdência e Assistência Social - com os seus respectivos gastos, o déficit desaparece. O termo mais adequado seria dizer que há um desequilíbrio no sistema de seguridade e o caminho, nesse caso, poderia ser uma gestão mais eficiente e competente dos recursos a ele destinados, remanejando os superávits dos outros setores para cobrir o déficit da Previdência.

Esta releitura do sistema de seguridade social poderia minimizar a discussão que atualmente se trava a respeito do déficit previdenciário, mas não seria suficiente eliminar as preocupações quanto a uma possibilidade, real, do agravamento da situação no futuro, principalmente com as perspectivas emanadas da medicina de anti-envelhecimento, que acenam com aumentos significativos da esperança de vida nos próximos 20 anos. Nesse contexto, o governo deveria realizar um choque de gestão nas receitas previdenciárias, utilizando as mais modernas técnicas de administração de carteiras e de diversificação de riscos, de modo que os recursos arrecadados crescessem de acordo com as necessidades apontadas pelos cálculos atuariais. Para tanto seriam necessárias mudanças na legislação previdenciária, que permitissem uma aplicação mais eficiente das contribuições, em uma carteira diversificada de ativos. Os riscos seriam diluídos ou minimizados através de instrumentos de *hedge* disponíveis no próprio mercado financeiro.